cação ao saldo de 30:897.318\$40 apurado no final do ano económico de 1948.

Art. 2.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 20:300.000\$, destinado a reforçar a dotação descrita no capítulo 12.º, artigo 241.º, do actual orçamento do segundo dos mencionados Ministérios.

§ único. Como compensação do crédito referido no corpo deste artigo é anulada a importância de 4:200.000\$ na dotação do capítulo 11.º, artigo 240.º, do referido orçamento do Ministério da Marinha e adicionada a quantia de 16:100.000\$ à epígrafe do artigo 294.º «Importância de parte dos saldos de contas de anos económicos findos a aplicar a: (... reparação e modernização da frota de contratorpedeiros)», capítulo 9.º, do actual orçamento das receitas do Estado.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Decreto-Lei n.º 37:629

O Decreto-Lei n.º 36:149, de 5 de Fevereiro de 1947, sujeitou as instalações de preparação de produtos para alimentação exclusiva dos gados das explorações agrícolas dos respectivos proprietários à obrigatoriedade de requerimento e concessão prévia de alvará e ao pagamento da taxa e emolumento anual constantes das tabelas anexas ao mesmo diploma.

Esta sujeição tem dado lugar, por parte da lavoura, a reclamações tão numerosas, quanto fundadas.

Com efeito, trata-se de instalações que, pela importância que revestem para a economia das explorações agrícolas, não devem ser rodeadas de dificuldades, antes, pelo contrário, muito interessa proteger, facilitar e fomentar a sua utilização.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O disposto no Decreto-Lei n.º 36:149, de 5 de Fevereiro de 1947, deixa de aplicar-se às instalações de preparação, por meio de trituradores, de produtos para alimentação de animais, quando destinados à exclusiva alimentação dos gados das explorações agrícolas dos respectivos proprietários.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Decreto-Lei n.º 37:630

Considerando que a criação da Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais obriga a rever o funcionamento e a composição da Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos e convindo fixar desde já certas regras para o seu funcionamento;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos é constituída por um presidente, dois vice-presidentes e um número variável de vogais, devendo os seus membros ser escolhidos de entre os indivíduos diplomados por escolas superiores com reconhecida competência nos assuntos incluídos no âmbito da Comissão.

§ único. O presidente e os vice-presidentes serão escolhidos de entre os professores catedráticos das Faculdades ou institutos mencionados no artigo 3.º e serão nomeados pelo Ministro da Economia, sob proposta do inspector-geral.

Art. 2.º Compete à Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos estudar e propor à homologação ministerial, quando for caso disso:

- Os processos legais a seguir na colheita das amostras sujeitas a análises oficiais;
- Os métodos oficiais de análise e as modificações julgadas convenientes;
- As constantes e índices analíticos que definem legalmente a genuidade e salubridade dos géneros alimentícios;
- A revisão e a actualização dos processos legais de colheita de amostras e dos métodos oficiais de análise, de maneira a mantê-los actualizados com os progressos da ciência e da técnica;
- Informar e resolver em definitivo as divergências suscitadas entre os serviços ou laboratórios oficiais em tudo o que se refira a processos de colheita de amostras, métodos de análise e apreciações das referidas análises.

Art. 3.º Fazem parte da Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos como vogais:

- Os professores de Química Analítica das Faculdades de Ciências, de Engenharia, do Instituto Superior de Agronomia, do Instituto Superior Técnico e o de Bromatologia da Faculdade de Farmácia;
- Os directores dos laboratórios oficiais que de alguma maneira cooperam com serviços de fiscalização dos produtos industriais, agrícolas ou alimentares;
- Especialistas dos vários ramos que tenham de ser tratados na Comissão Técnica.

§ único. O presidente poderá propor que, a título permanente ou só para determinados casos, seja nomeado vogal ou agregado à Comissão qualquer especialista que julgue conveniente.

Art. 4.º Os trabalhos laboratoriais ou de investigação necessários serão em regra executados no Laboratório Central de Normalização e Fiscalização de Produtos, podendo os vogais da Comissão executar pessoalmente os que julgarem convenientes ou assistir à sua realização. Desde que os directores dos outros laboratórios

representados na Comissão autorizem, podem alguns desses trabalhos ser executados nesses laboratórios.

Art. 5.º Independentemente das reuniões plenárias que o presidente entenda dever convocar, a Comissão trabalhará normalmente por subcomissões, que serão presididas pelos vice-presidentes ou pelos directores dos laboratórios representados na Comissão.

§ único. Compete ao presidente distribuir pelas diversas subcomissões os trabalhos a realizar.

Art. 6.º A Comissão funcionará ainda como junta de recursos da Inspeção-Geral para os resultados das análises de fiscalização com os quais o inspector-geral não concorde ou sobre as quais tenha dúvidas. O presidente, ouvida ou não a Comissão em pleno ou alguma subcomissão, informará o recurso.

Art. 7.º No prazo de cento e oitenta dias a Comissão proporá ao Ministro da Economia para ser aprovado por portaria o seu regulamento interno.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1949. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellal de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.